

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SULINA - PARANÁ

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2021**

Objeto: OBJETO: “REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO”.

JD RELIZE CONSTRUTORA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 41.605.772/0001-34, com Endereço na Rua Estados Unidos, 1291, Bacacheri, Curitiba/PR, CEP 82.510.050, por meio de seu representante, **Josilene Rodrigues Lara**, brasileira, empresária, solteira, inscrito no CPF/MF nº 051.507.139-02, vem, com a devida reciprocidade de respeito, à presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93,

IMPUGNAR

Os termos do edital de licitação em epígrafe, pelos fundamentos a seguir expostos.

I - ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

§1º

29	LÂMPADA 400W METÁLICA, E40 TUBULAR, FLUXO MIN.55800 LUMENS, MÍNIMO 10.000 HORAS DEVE ATENDER A NORMA NBR 13593, E APRESENTAR SELO PROCEL/INMETRO	UN	30	R\$ 44,61	R\$ 1.338,30
43	REATOR METÁLICO 400 W INTERNO SEM BASE, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 220V 60 HZ, PERDA MÁXIMA ADMITIDA DE 32W GARANTIA DE 05 ANOS, EM CONFORMIDADE A NORMA ABNT NBR 13593 E APRESENTAR SELO PROCEL	UN	50	R\$ 87,00	R\$ 4.350,00

**JD REALIZE CONSTRUTORA LTDA / CNPJ: 41.605.772/0001-34
RUA ESTADOS UNIDOS Nº1291. LOJA 01, ANDAR TERREO, BLOCO BL01
BACACHERI. CURITIBA-PR. CEP: 82.510-050
E-MAIL: licitacoesjdrealize@gmail.com**



§2º Para tanto, exige das empresas interessadas no referido objeto, comprove Selo Procel/Inmetro, porem numa consulta ao site do Procel, consta que, tal exigência, somente se pede nas lâmpadas e reatores com vapores de sódio.

<http://www.procelinfo.com.br/main.asp?View=%7BB70B5A3C-19EF-499D-B7BC-D6FF3BABE5FA%7D>

II – DO DIREITO

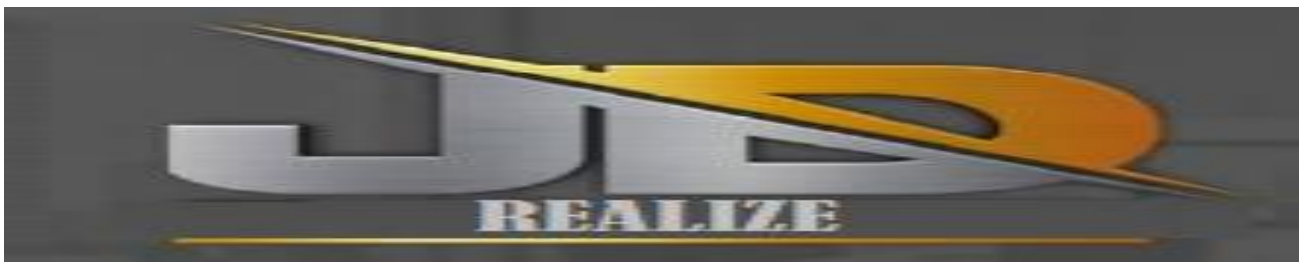
§16º A licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme extraído do texto do art. 3º da Lei 8666/93:

A licitação destina-se a garantir a observância **do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. **(sem grifos no original).**

§17º Na busca da proposta mais vantajosa deve ser objetivado a maior qualidade e o menor custo possível e a ser despendido. Nesse sentido, Marçal Justen Filho doutrina¹:

De modo geral, a vantagem buscada pela Administração Pública deriva da conjugação dos aspectos da qualidade e da onerosidade. Significa dizer que a Administração Pública busca **a maior qualidade da prestação** e o maior benefício econômico. **(sem grifos no original).**

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 13 Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters. 2018. p. 417.



§18º Mais do que isso, ela busca garantir o princípio Constitucional da isonomia. Entretanto, garantir esse princípio, tão importante (...), portanto, veda-se a discriminação arbitrária. Marçal Justen Filho assim leciona:

Há um equívoco em supor que a isonomia veda que a Administração Pública adote tratamento discriminatório entre os particulares que pretendam contratar com ela. Quando a Administração escolhe alguém para contratar, está efetivando uma diferenciação entre os interessados. **Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. (Sem grifos no original)**

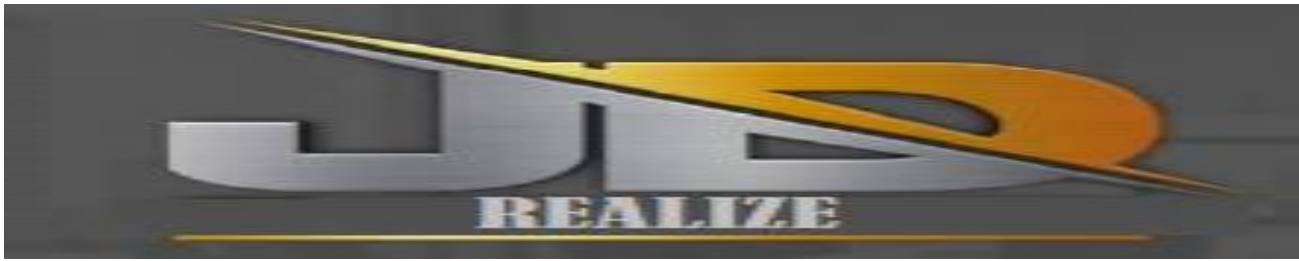
§19º As decisões administrativas devem ser dotadas de proporcionalidade quando da definição dos critérios utilizados para escolha da proposta mais vantajosa. O princípio da proporcionalidade – de natureza instrumental – deve orientar o administrador público durante todo o processo licitatório.

§20º Logo, o princípio da isonomia deve se compatibilizar com o caso concreto – uma vez que nele há situações díspares que precisam ser harmonizadas –, bem como com o princípio da proporcionalidade.

§21º Importa destacar que, no presente caso, a Administração Pública estabelece exigências desproporcionais que acabam por desaguar em contratações desastrosas. Não se permite escolhas arbitrárias e/ou critérios subjetivos na escolha da proposta mais vantajosa².

§22º Portanto, as exigências desproporcionais devem ser corrigidas para que o certame cumpra os princípios balizadores que se espera da administração pública.

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17 Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revistas do Tribunais. 2016. p. 107.



III – DO PEDIDO

§23º Em face do exposto, requer-se que a presente IMPUGNAÇÃO seja julgada procedente, com efeito para **REFORMAR** o texto do edital da seguinte forma:

- a) LÂMPADA 400W METÁLICA, E40 TUBULAR, FLUXO MIN.55800 LUMENS, MÍNIMO 10.000 HORAS DEVE ATENDER A NORMA NBR13593.
- b) REATOR METÁLICO 400 W INTERNO SEM BASE, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 220V 60 HZ, PERDA MÁXIMA ADMITIDA DE 32W GARANTIA DE 05ANOS, EM CONFORMIDADE A NORMA ABNT NBR 13593.

Nestes Termos,
P. Deferimento

Curitiba, 26 de novembro de 2021

JOSILENE RODRIGUES LARA
RG: 8.498.635-6 SESP/PR / CPF: 051.507.139-02
JD REALIZE CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 41.605.772/0001-34